

O olhar sobre os centros históricos mundiais pode abarcar duas visões diferentes. A primeira reverte a lógica predatória do setor imobiliário de criação de novas frentes de valorização e de destruição de antigas centralidades, resgatando a memória do cidadão como medida de inclusão social. A outra, porém, pode simplesmente criar um novo produto de marketing urbano, altamente gentrificador, voltado para o capital global, que, no urbanismo contemporâneo, assume características da chamada “disneyficação”. Longe de maniqueísmos, procuramos, no caso de São Paulo, aplicar princípios acumulados durante anos de debates, não só na universidade, como também nas administrações municipais que incorporaram práticas democráticas e inclusivas.

O centro da cidade antes da administração da prefeita Marta Suplicy encontrava-se descuidado, com vários edifícios sem uso, espaços públicos em condições precárias e monumentos históricos pichados. Reverter esse processo de desvalorização e degradação com inclusão social passou a ser um desafio. Longe de ser elitizante, esta política prevê uma “construção coletiva” da memória, concretizada nos edifícios históricos, do cidadão paulista de todas as classes sociais, de “todas as tribos”. Além disso, o processo de expansão da cidade, baseado em novas fronteiras de valorização, representa um desperdício dos recursos acumulados ao longo do tempo. Revertê-lo, portanto, significa otimizar investimentos públicos.

O urbanismo contemporâneo, na sua vertente democrática, aponta como boa prática não só o princípio da inclusão, como também o da gestão compartilhada dos espaços públicos. A cidade capitalista é em essência excludente. As políticas públicas

devem, por isso, reverter o acirramento das desigualdades sociais, o desemprego e a violência urbana, característicos do atual mundo capitalista.

Não é possível falar da reabilitação do centro de São Paulo sem mencionar ações de inclusão social que assegurem o direito de moradia, a garantia de condições mínimas para moradores de rua e também programas de trabalho e renda. Com esses princípios, estruturamos o Programa *Ação Centro*, composto de um conjunto de ações a serem implementadas por 16 secretarias e cinco empresas municipais. Estas ações estão distribuídas em cinco eixos – valorização imobiliária e afetiva, transformação do perfil econômico, melhoria da circulação, recuperação do ambiente urbano e fortalecimento institucional do município.

Primeiramente, é preciso gerar incentivos capazes de reverter os processos de perda da função residencial e a desvalorização imobiliária e afetiva do centro da cidade, sem constituir renúncia fiscal. A elaboração de propostas de legislação urbanística e tributária é o primeiro passo nesse sentido.

Do nosso ponto de vista, a requalificação do espaço público tem um caráter altamente redistributivo, principalmente se combinado com investimentos em políticas sociais.

No nosso programa, serão financiadas obras estratégicas de recuperação de grandes áreas urbanas. A recuperação do espaço público com qualidade é, do nosso ponto de vista, altamente democrático e redistributivo. Todos usam as ruas e as praças. Ações sociais de geração de trabalho e renda constituem nosso foco privilegiado. O *Ação Centro* também conta com o programa *Morar no Centro*, que garante condições

de moradia à população de baixa renda e prevê a implementação dos Perímetros de Reabilitação Integrada do Hábitat (PRIH), formando um conjunto de intervenções concentradas em quadras definidas, caracterizadas pelo grande número de moradias precárias. Entendemos que o poder público tem a tarefa de garantir moradia para a população de baixa renda. Em relação a outras faixas de renda, a tarefa é da iniciativa privada. Já para regulamentar, requalificar e reorientar o comércio e os ambulantes, foram implantadas várias iniciativas. Sabemos que é importante regular e fiscalizar e até reprimir o comércio ambulante, porém, é imperioso apresentar alternativas de trabalho e renda para os cerca de seis mil trabalhadores cadastrados, diferenciando-nos das administrações conservadoras.

No eixo transporte e circulação, o programa prevê intervenções para melhorar a acessibilidade ao centro, além da execução de obras e compra de equipamentos para reformar o sistema de transporte público. Estão incluídas, por exemplo, obras viárias na Foz do Tamanduateí (Favela do Gato).

Para o fortalecimento institucional do município estão traçadas ações de apoio à transferência de órgãos municipais para o centro, por meio de financiamento de reformas, compra e instalações de equipamentos, além da capacitação dos quadros estáveis do funcionalismo.

Como se pode ver, o *Ação Centro* é um esforço coletivo que envolve toda a administração municipal, outras esferas de governo e a sociedade civil. Além desses eixos de intervenção, a política da atual administração municipal para a área central compreende, também, um novo modelo de gestão, materializado na constituição do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como numa política de desenvolvimento

econômico local. Além da preocupação de inclusão social, de valorização imobiliária e de recuperação do ambiente urbano, a intervenção da prefeitura busca também a dinamização e a potencialização das atividades econômicas da região central. Os estudos aqui apresentados são fruto de um esforço de compreensão da dinâmica econômica do centro. A identificação das potencialidades e perspectivas dos diferentes setores que compõem a estrutura produtiva da área central fornece subsídios que permitem o estabelecimento de estratégias para as ações de desenvolvimento.

Apostamos que, resgatando a memória e a história de São Paulo, reduzindo desigualdades, por meio da inclusão social, e fomentando as atividades produtivas e de geração de trabalho e renda estamos construindo cidadania, indispensável para o nosso projeto de Brasil melhor.

Nadia Somekh

Presidente da Emurb (Empresa Municipal de Urbanização)